ESTADO DE SERGIPE
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D´AJUDA

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE AUDITORIA

Órgão: Câmara Municipal de Itaporanga D'Ajuda
Presidente: Felipe Batalha Silveira Sobral
Período: 01 de outubro a 31 de dezembro de 2021

Em cumprimento as determinações legais e em observância ao que dispõe a Resolução TC nº 206 de 1º de novembro de 2001, o Controle Interno deste Poder Legislativo realizou análise da execução orçamentária, financeira e patrimonial do órgão supramencionado, correspondente ao **4º trimestre** do corrente exercício, cujos resultados relatamos abaixo:

1 – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO:

O Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2018/2021 foi aprovado pela Lei Municipal nº 598/2017 de 11 de dezembro de 2017.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2021 foi aprovada através da Lei Municipal nº 710 de 12 de junho de 2020 e encontra-se compatível com as disposições constantes no Plano Plurianual.

A Lei Orçamentária Anual, aprovada pela Lei Municipal nº 715 de 14 de dezembro de 2020, estimou a despesa do Poder Legislativo em **R$ 4.250.000,00 (quatro milhões e duzentos e cinquenta mil reais)**, assim distribuídos:

Despesas Correntes	4.225.000,00
Despesas de Capital	25.000,00
TOTAL	**4.250.000,00**

2 – RECEITA E TESOURARIA:

2.1 – O total repassado pelo Poder Executivo no período em análise totalizou em **R$ 1.225.427,33 (um milhão, duzentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e vinte e sete reais e trinta e três centavos)**. Segue abaixo um breve demonstrativo da receita da Câmara Municipal, considerando-se os valores arrecadados até este trimestre:

Competência	Repasses (R$)
Outubro – 19/10/2021	408.475,79
Novembro – 18 e 19/11/2021	414.385,89
Dezembro – 20/12/2021	402.565,65
TOTAL	**1.225.427,33**

2.2 – As disponibilidades financeiras do órgão, registradas na contabilidade em 31/12/2021, importava em **R$ 344.609,29 (trezentos e quarenta e quatro mil e seiscentos e nove reais e vinte e nove centavos),** assim distribuídas:

Bancos c/ movimento	**R$ 344.609,29**
TOTAL	**R$ 344.609,29**

Os saldos das contas acima foram conferidos individualmente através dos registros analíticos existentes na contabilidade.

Verificando o demonstrativo, que evidencia os saldos extraídos dos extratos bancários, encontramos um total **R$ 344.609,29 (trezentos e quarenta e quatro mil e seiscentos e nove reais e vinte e nove centavos).**

2.3 – A receita extra orçamentária do período em análise importou em **R$ 183.346,24 (cento e oitenta e três mil, trezentos e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos)** assim desdobrada:

INSS	R$ 70.086,91
INSS Serviços	R$ 396,00
FinanPrev	R$ 0,00
IRRF	R$ 47.014,23
IRRF Serviços	R$ 601,20
ISS	R$ 0,00
Pensão Alimentícia	R$ 893,69
Empréstimos Consignados - BANESE	R$ 62.885,61
Rendimentos de Aplicação Financeira	R$ 0,00
Verbas Trabalhistas e Previdenciárias	R$ 1.468,00
TOTAL	**R$ 183.346,24**

3 – DESPESA

3.1 – A despesa empenhada no período atingiu o montante de **R$ 659.049,18 (cento e cinquenta e nove mil, quarenta e nove reais e dezoito centavos).** O total de despesas liquidadas no período, decorrentes de empenhos deste trimestre, importou em **R$ 1.535.156,03 (um milhão, quinhentos e trinta e cinco mil, cento e cinquenta e seis reais e três centavos).** Do volume acumulado de despesas empenhadas e devidamente liquidadas, foram pagas neste trimestre a importância de **R$ 1.535.156,03 (um milhão, quinhentos e trinta e cinco mil, cento e cinquenta e seis reais e três centavos).** Segue abaixo um resumo da execução da despesa orçamentária:

Período	Empenhada (R$)	Liquidada (R$)	Paga (R$)
1° Trimestre	R$ 3.708.521,21	R$ 802.493,27	R$ 798.844,27
2° Trimestre	R$ 208.359,09	R$ 1.100.507,25	R$ 1.090.500,39
3° Trimestre	R$ 185.767,67	R$ 1.120.411,60	R$ 1.134.067,46
4° Trimestre	R$ **659.049,18**	R$ **1.535.156,03**	R$ **1.535.156,03**
Acumulado	**R$ 4.761.697,15**	**R$ 4.558.568,15**	**R$ 4.558.568,15**

3.2 – A despesa extra orçamentária do período totalizou **R$ 182.323,54 (cento e oitenta e dois mil e trezentos e vinte e três reais e cinquenta e quatro centavos),** assim discriminada:

INSS	R$ 70.086,91
INSS Serviços	R$ 528,00
FinanPrev	R$ 0,00
IRRF	R$ 47.014,23
IRRF Serviços	R$ 601,80
ISS	R$ 0,00
Pensão Alimentícia	R$ 893,69
Empréstimos Consignados - BANESE	R$ 62.885,61
Rendimentos de Aplicação Financeira	R$ 313,30
TOTAL	**R$ 182.323,54**

3.3 – Foram abertos no período créditos adicionais no montante **de R$ 254.000,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil reais),** conforme detalhamento abaixo:

Créditos Suplementares	R$ 254.000,00
Créditos Especiais	R$ 0,00
Créditos Extraordinários	R$ 0,00
TOTAL	**R$ 254.000,00**

3.3 – DIÁRIAS

No período, foram concedidas diárias a servidores e vereadores no valor de **R$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais).**

No que concerne à participação dos vereadores em Cursos e Congressos de Formação, esta Coordenadoria de Controle Interno aprovou os processos licitatórios, posto que a Câmara atual se estrutura com 13 (treze) vereadores, dos quais 7 (sete) estão

em seu primeiro mandato na Casa e necessitam de capacitação para atuação junto a administração pública.

Ademais, importa relatar que, nas datas em que os eventos ocorreram, não havia medidas restritivas da fase vermelha nas capitais, uma vez que o número de casos estava controlado, em razão do avanço da vacinação (69,29% da população totalmente vacinada), bem como os eventos seguiam todas as medidas de proteção contra a COVID-19.

3.4 – PATRIMÔNIO

O patrimônio da Câmara é controlado por sistema informatizado, estando todos os bens devidamente registrados. No período em análise, houve incorporação ao patrimônio, de acordo com o que se discrimina abaixo:

Equip. e Mat. Permanente	R$ 86.125,00
Obras e Instalações	R$ 0,00
Total de Incorporações	**R$ 86.125,00**

3.5 – FRETES E TRANSPORTES

As despesas com fretes em geral e transportes de pessoas no período, considerando aquelas efetivamente liquidadas, importou em **R$ 0,00 (zero reais),** conforme se demonstra abaixo:

Fretes e transportes diversos	R$ 0,00
Total de Incorporações	**R$ 0,00**

4 – LIMITES LEGAIS E GESTÃO FISCAL
4.1 – SUBSÍDIOS

Os subsídios dos Vereadores para a atual legislatura foram fixados através do Lei nº 002/2016 de 23 de junho de 2016 em **R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)**.

4.2 – DESPESA COM PESSOAL

O total da despesa da Câmara Municipal com folha de pagamento até o período em exame atingiu o montante de **R$ 2.592.031,11 (dois milhões, quinhentos e noventa e dois mil e trinta e um reais e onze centavos).** Levando-se em consideração o limite máximo estabelecido pelo art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal (70% da receita da Câmara), que equivale a **R$ 3.431.196,61 (três milhões, quatrocentos e trinta e um mil e cento e noventa e seis reais e sessenta e um centavos)**, constatamos que os gastos com folha de pagamento do Poder Legislativo encontram-se de acordo com as normas legais.

A despesa total com pessoal até o período em análise, apurada de acordo com o disposto no art. 18, § 2°, da Lei Complementar Federal n° 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), encontra-se adequada ao limite imposto pela referida legislação.

5 – PROCESSOS LICITATÓRIOS

Durante o período auditado foram realizados 17 (dezessete) processos licitatórios, conforme detalhamento abaixo:

Processo Licitatório
Dispensa nº 27/2021
Dispensa nº 28/2021
Dispensa nº 29/2021
Dispensa nº 30/2021
Dispensa nº 31/2021

Inexigibilidade nº 15/2021
Inexigibilidade nº 16/2021
Inexigibilidade nº 18/2021
Inexigibilidade nº 19/2021
Inexigibilidade nº 20/2021
Pregão nº 04/2021
Adesão nº 01/2021
Adesão nº 02/2021
1° Termo Aditivo – Inexigibilidade nº 02/2021
1° Termo Aditivo – Pregão nº 04/2021
2° Termo Aditivo – Pregão nº 04/2021
2° Termo Aditivo – Pregão nº 03/2021
2° Termo Aditivo – Inexigibilidade nº 02/2021
5° Termo Aditivo – Pregão nº 03/2019
5° Termo Aditivo – Pregão nº 03/2019

6 – CONTRATOS

Durante o período auditado foram realizados 9 (nove) contratos e 7 (sete) Termos Aditivos.

7 – AÇÕES RELACIONADAS À PANDEMIA DA COVID-19

No período, não foram realizadas ações relacionadas à pandemia da COVID-19. Houve o incentivo a vacinação por parte da Câmara para com seus servidores e vereadores.

8 – CONCLUSÃO

Pela análise dos documentos postos à nossa disposição, concluímos que os procedimentos adotados pelo órgão, encontram-se de acordo com as normas vigentes.

ESTE É O RELATÓRIO

Itaporanga D'Ajuda/SE, 27 de janeiro de 2022.

Fernanda Lacerda Chagas Britto.

Fernanda Lacerda Chagas Britto

Diretora de Controle Interno